

# **A COOPERAÇÃO SUL-SUL: NOVOS REFERENCIAIS TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS COMO CONTRIBUIÇÃO DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL**

*South-South cooperation: new theoretical approaches in the International Relations as a contribution of the Epistemologies of the South*

*Marina Bolfarine Caixeta<sup>1</sup>*

## **Introdução**

Há dois fenômenos no presente cenário de abrangência global que visam propor novos paradigmas de desenvolvimento: a cooperação Sul-Sul e as epistemologias do Sul. A emergência de perspectivas vindas do Sul, tanto no plano político internacional, quanto nos ambientes acadêmico-científicos, trazem como proposta uma nova ordem internacional, mais multipolar, equilibrada e diversificada. Observa-se a convergência de propósitos de ambos os fenômenos que evoluem de forma interdependente e paralela e trazem, no seu bojo, novos referenciais e visões de mundo. Novas alternativas, portanto, emergem desfigurando o *status quo* da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). Como um círculo virtuoso, a sintonia entre os fenômenos pode materializar-se em novas propostas teóricas e metodológicas, especialmente reformuladas a partir do campo das Relações Internacionais, para servir como instrumentos de análises, no campo acadêmico-científico e habilitar a tomada de decisão no campo prático-político.

O presente artigo se propõe contribuir com essa discussão a partir da revisão da literatura sobre as teorias das Relações Internacionais e outras que procuram instrumentalizar as análises sobre a cooperação internacional e, também, sobre o pensamento no Sul global. A partir disso, defendeu-se a ideia de que a cooperação Sul-Sul requer novos instrumentais teórico-metodológicos para que ela se consolide, no tocante a iniciativas, como nova forma de os atores cooperarem para promoverem o desenvolvimento humano global.

A Cooperação Sul-Sul (CSS) aparece como nova tendência da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID). Contudo, muitos desafios de ordem prática se mostram para a concretização de parcerias horizontais e de inovações que fariam da CSS, de fato, uma modalidade diferente da cooperação

---

<sup>1</sup> Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília (CEAM), especialista em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (CDS) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília (marinabolfarinecaixeta@gmail.com).

tradicional. Especialmente, no tocante ao conceito da CSS, aos tipos de iniciativas que a compõem e aos mecanismos de mensuração dos recursos investidos por cada governo (no cenário político) e aos instrumentais teórico-metodológicos à disposição dos analistas, as limitações são evidentes. Isso impede que os países envolvidos nestas iniciativas inovem com relação à implementação de iniciativas e gestão dos projetos. O “Sul” como categoria e tipologia emerge caracterizando os cenários político e acadêmico internacionais<sup>2</sup>. No campo científico há um forte debate entre pesquisadores e teóricos em torno das visões do Sul convergentes com outros debates já consagrados sobre a produção de conhecimento pós-colonial, descolonizado e pós-moderno, sobretudo aqueles produzidos de forma engajada nos países em desenvolvimento.

No entanto, apesar de as reflexões sobre a cooperação Sul-Sul surgirem em grande profusão nas universidades do Brasil e do mundo nos últimos anos, lamenta-se o vácuo teórico e metodológico sobre o tema. Sobretudo nas Relações Internacionais (RI), disciplina em que desde a origem se hospedaram tais estudos, pode ser notado a adoção de parâmetros da cooperação tradicionais com critérios, categorias e propostas vindas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), notadamente as atuais discussões do Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda. Sabe-se, porém, que o cenário presente da adoção de agendas de desenvolvimento global impõe novo desafio para as teorias que embasam a atual prática da cooperação internacional. Reivindica-se, então, novos referenciais que sejam capazes de respaldar abordagens teóricas que habilitam a prática da CID de forma inovadora e que dê conta de seus objetivos e princípios reestruturantes.

### **Relações Internacionais: ontologia e epistemologia**

O debate metateórico tem tido grande espaço no campo das relações internacionais. Apesar de quem defenda que existam as relações internacionais como ciência autônoma, a maioria dos teóricos classificam-na, atualmente, como disciplina acadêmica no âmbito das ciências sociais, configurada a partir de objetos de pesquisa e metodologias próprios. A cooperação internacional é um objeto estudo clássico deste campo de estudos e tem sido analisada conforme diferentes teorias e paradigmas. No entanto, no cenário presente, este objeto requer novas perspectivas de análise especialmente a partir da emergência, neste século XXI, do que se tem chamado de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID).

A escolha das teorias que embasam as pesquisas científicas é feita pelo cientista com o fim de contextualizar e instrumentalizar suas análises. Enquanto alguns cientistas explicam a natureza por observação do fato e/ou do objeto, indicando causa e estabelecendo leis, outros compreendem a vida humana em meio psíquico e social, o que requer boa dose de interpretação e compreensão dos fenômenos analisados. Daí a importância de se pensar as teorias a partir de determinadas perspectivas que instrumentalizam a ação.

<sup>2</sup> Entende-se aqui o “Sul” (com letra maiúscula) como sinônimo de países em desenvolvimento, que remete a uma divisão ideológica que reivindica a nova ordem internacional. Faz parte de uma nova divisão introduzida após a Guerra Fria em que o mundo não estaria mais dividido entre Leste (comunistas) e Oeste (capitalistas), mas entre Norte (desenvolvidos) e Sul (em estágio de desenvolvimento).

No campo da disciplina das Relações Internacionais (RI), os temas do interesse nacional, dos Estados como principais atores e da disputa de poder no plano internacional dominaram os debates por longo tempo. As ciências humanas pressupõem que há certa intencionalidade nos atos humanos, sempre voltados para motivações diversas, valores e finalidades. O ser humano vive a partir da sua consciência e de seus atos racionais e, portanto, as teorias políticas e sociais são sempre vinculadas a uma problemática com espaço e tempo determinados. Assim, as teorias em RI não são feitas somente para se adotar uma perspectiva, mas esta possibilidade é sempre a razão inicial de se adotar uma teoria para qualquer análise (COX, 1981; CERVO, 2003; CASTRO, 2012). Elas procuram transcender as particularidades para se chegar a pressupostos e leis gerais, seja como teorias para solução de problemas (*problem-solving theories*), seja para questionar determinada realidade (*critical theories*) (COX, 1981).

As teorias partem de determinado contexto e existem com base em propostas finalísticas. Cervo (2003) chama a atenção para a importância de se adotar teorias que sejam epistemologicamente mais adequadas e socialmente úteis. Toda teoria envolve uma visão de dentro das relações internacionais, porque nela se veicula desígnios e interesses nacionais, explicam as relações internacionais do país e servem de referência ao processo decisório. Castro (2012) corrobora esta visão e procura descrever e explicar os processos de formulação e execução de conduta dos vários atores internacionais, com foco nos países do Sul. O autor entende que não se deve somente reproduzir pensamentos, correntes e paradigmas produzidos no Norte, mas buscar a inovação, o que fez em uma proposta teórica, o Sintetismo de Equilíbrio Normativo Dinâmico (SEND). Esta proposta centra-se na conduta dos atores internacionais e procura se orientar pelas seguintes indagações: o que determina e o que deve determinar/orientar a conduta internacional dos atores estatais das RIs? Quais seus fundamentos? Como aplicar o ferramental descrição-explicação-previsão-prescrição ao comportamento dos atores estatais na esfera internacional? A partir de ambos os autores, entende-se que os países devem investir e motivar a produção de teorias próprias, atentos ao ciclo virtuoso entre fazer política e produzir conhecimento.

Smouts (2004) apresenta o atual debate em torno do saber acumulado e das deficiências deste campo de estudo reivindicando as “novas relações internacionais”. Tanto no cenário político-prático, quanto acadêmico-teórico, elas estariam em torno das grandes questões deste século XXI, como é o caso da CID. Segundo a autora, nunca houve consenso entre os especialistas de RI a respeito do que seria conveniente estudar. Isso, porque os debates interparadigmáticos serviam às preocupações da superpotência norte-americana, conforme “as modas e as estratégias de carreira dos estudantes da área” no início da disciplina. Posteriormente, os especialistas se dedicaram ao desenvolvimento de novos debates em torno das grandes evoluções do cenário internacional, de ferramentas conceituais e de novos problemas, a que se assiste ainda hoje.

Em fins da década de 1980, os estudos giravam em torno do bipolarismo, das relações de força e poder, de situações de guerra e paz, de estabilidade e hegemonia (no neo-realismo), dos procedimentos de cooperação funcional e do papel das instituições, dos regimes internacionais (no neo-institucionalismo). Sarfati (2005) utiliza a Guerra Fria como um divisor de águas do desenvolvimento teórico em RI pelo fato de

este evento ter afetado as percepções acadêmicas, e seu fim assistiu à profusão de visões teóricas com base em teorias pós-positivistas (Teoria Crítica, o Pós-Modernismo, o Construtivismo, o Feminismo).

Com as teorias pós-positivistas, tem-se a desconstrução do *mainstream*, a compreensão e interpretação dos ‘fatos internacionais’, a importância dos indivíduos, das ideias (comunidades epistêmicas), dos discursos e da ordem social na política internacional. Para Cox (1986), expoente da Teoria Crítica, a ontologia é que precede a investigação, trata-se de moldar o mundo que se enxerga, portanto, a teoria é a representação de nossa visão de mundo e pressupõe uma relação entre conhecimentos e valores do cientista e de sua pesquisa. A abordagem construtivista incorpora às análises internacionais, as percepções, reinvenções subjetivas e identidades imaginadas. Exige-se dos pesquisadores estudos mais profundos de campo, para identificar os atores e compreender suas reais motivações. A partir da proposta de uma teoria sócio-cognitiva e evolutiva, Adler (1999) propõe um meio-termo, o terceiro debate, centrado nos fatos sociais e na realidade ontológica do conhecimento intersubjetivo, com implicações metodológica e epistemológica na realidade internacional.

Assim, as RI mostram um desenvolvimento teórico próprio, a partir de delimitados objetos de estudo, entretanto, assume caráter multidisciplinar pelas teorias, ideias e ideologias trazidas de outros campos científicos. “[...] um evento de relações internacionais abre o leque de compreensão do evento para um campo muito mais amplo de entendimentos que invariavelmente refletem as tradições epistemológicas distintas e composições ontológicas bastante diversas” (SARFATI, 2005; 29).

Nesse sentido, Cervo (2003) sugere uma análise paradigmática para a disciplina que orienta a produção teórica e a adoção de metodologias próprias. Para o autor, deve-se organizar o objeto estudado, os conceitos e contextos que lhe dão inteligibilidade e significação, deve se construir conceitos pela via da observação empírica e, portanto, recorrer à história como método científico, o que é um verdadeiro “laboratório de experiências”. Para tanto, atenta-se a alguns pressupostos importantes: por trás da política exterior formulada, há uma ideia de nação que um povo (sobretudo seus dirigentes) faz de si mesmo e, a partir daí, surgem a visão que projeta do mundo e o modo como relacionam ambos (valores cultivados e identidade nacional); considera-se que as percepções sobre o interesse nacional se modificam ao longo do tempo; e, por último, não se ignora que ocorre a manipulação de informação para estabelecer o cálculo estratégico e a decisão adotada.

Em termos metodológicos, Devin (2009), ao defender um novo campo de estudos, a Sociologia das Relações Internacionais, argumenta que as teorias devem problematizar por meio de categorias do social e de instrumentais metodológicos da sociologia os acontecimentos no âmbito da política mundial contemporânea. Cox (1981) diz que as análises não devem ser baseadas somente em teorias abstratas, mas também em observações de mudanças, estudos históricos e empíricos para fornecer um lastro real aos conceitos e hipóteses utilizados na pesquisa científica sobre RI.

## A Cooperação Internacional no debate teórico

A revisão da literatura mostra os avanços recentes na produção científica em RI com relação à cooperação internacional. Transitou-se de uma noção de um sistema universal de direito internacional (de Vestfália até a I Guerra Mundial) para a institucionalização da vida internacional (pós II Guerra Mundial). A partir do entendimento de que a repartição do poder assentava-se na soberania dos Estados, evolui-se para a ação coletiva com a realização de objetivos comuns, privilegiando a cooperação ligada ao desenvolvimento das técnicas, das comunicações e do comércio, em detrimento da cooperação associada à segurança. Do direito à coexistência, passa-se ao direito à cooperação (SMOUTS, 2004).

As teorias mais proeminentes na disciplina das relações internacionais atuais para explicar a cooperação entre os países são aquelas provenientes do pensamento neo-institucionalista liberal. Destacam-se, neste cenário, a teoria da interdependência complexa, de Robert Keohane e Joseph Nye, e a teoria dos regimes de Stephen Krasner. Para essas teorias, a cooperação estaria intimamente relacionada aos arranjos estáveis do sistema internacional e instrumentos estratégicos a serviço dos Estados.

Uma lógica de utilidade funcional introduz o conceito dos regimes internacionais nesse debate. Os regimes são ambientes formados por princípios, regras e normas, em torno dos quais as expectativas e o comportamento dos Estados convergem para uma determinada área de controvérsia. Isso reforça os interesses racionais de longo prazo dos Estados ao perpetuar a cooperação, apesar das mudanças no equilíbrio de poder subjacente. A cooperação diminui os custos das transações internacionais, o que resulta no estímulo a que os Estados firmem acordos e reduzam essas incertezas (GRIFFITHS, 2004).

Posteriormente, os teóricos da governança global avançam neste debate e introduzem o conceito de governança sem governo. Inicialmente, este foi elaborado por James Rosenau e Ernst-Otto Czempiel como espaços de decisões globais, sem a existência de hierarquia, mas sim de grupos de interesse para determinadas temáticas. Criado para lidar com os frequentes fóruns multilaterais de distintos temas globais, o conceito reconhece as racionalidades múltiplas, a ação pública internacional e a existência crescente de interesses comuns globais. Assim, esta nova fase introduz o seguinte entendimento: "As noções de comunidade internacional e de humanidade superpõem-se à de sociedade dos Estados. A busca de normas universais para o bem-estar da humanidade é colocada no centro da construção normativa." (SMOUTS, 2004; 134).

Costa e Fernandes (2013) propõe analisar o contexto de transformações na cooperação internacional que impõem desafios tanto no plano empírico, quanto teórico, com destaque para a Cooperação Sul-Sul. Para os estudos sobre a cooperação internacional, sugere-se acrescentar à perspectiva internacional, baseada em abordagens racionalistas-institucionalistas, a perspectiva sociológica com abordagens compreensivistas e que leva em conta a influência da cultura local nas parcerias. O ganho interno, além das estratégias externas, determinam a tomada de decisão e, com isso, valoriza a promoção do desenvolvimento e o crescimento econômico dos povos em detrimento da manutenção da paz e outras dinâmicas no plano político internacional, como únicos objetivos coletivos dos governos.

Ramos (2006) discute a cooperação internacional a partir das teorias que mais comumente amparam este objeto de estudo: o realismo e a interdependência complexa. Com base no estudo de caso da parceria da cooperação do Brasil com os Estados Unidos (USAID) em três diferentes áreas temáticas, HIV/Aids, meio ambiente e tráfico de pessoas, conclui que as teorias não se mostram suficientes para analisar todos os aspectos do fenômeno e sugere que os eventos internacionais sejam analisados a partir de uma multiplicidade de teorias, considerando a inexistência de uma abordagem integral que dê conta de todas as particularidades do contexto atual.

Após conceituar a cooperação a partir das distintas perspectivas apresentadas pelas várias escolas teóricas das RI, Maciel (2009) afirma que por trás do discurso liberal de busca pela paz ou do discurso realista de criação de mais uma ferramenta para a construção de um equilíbrio de poder, a cooperação é parte da complexificação do sistema internacional e da reformulação dos modelos de governamentalidade, em que os Estados se retiram da função de Estado Providência, e vários novos atores passaram a auxiliá-lo no objetivo de governar. Com base em Foucault (2008 *apud* MACIEL, 2009), explica que a política internacional existe para a busca do equilíbrio de poder, a ordem operada pelos Estados não deve permitir a supremacia de um desses entes sobre os outros e a paz universal não é proveniente de uma supremacia unitária, mas da pluralidade, não apenas de Estados, mas de novos atores que surgem na realidade internacional, sobretudo com as parcerias de cooperação.

González (2003) aborda a cooperação internacional segundo, inclusive, às teorias de integração regional. Na década de 1990 na Finlândia surge o novo regionalismo, definido como um fenômeno político de integração multidimensional que inclui aspectos econômicos, políticos e culturais e que possui o objetivo de estabelecer uma coerência regional com base na identidade, não mais somente na liberalização comercial e nas alianças de segurança. De acordo com os vários níveis de complexidade regional, reconhece-se região como unidade geográfica e ecológica, delimitada por fronteiras naturais; como território que é um sistema de relações políticas, sociais, econômicas e culturais cujo fim é a busca de um equilíbrio que garanta a segurança interna; como um mecanismo de cooperação nos níveis político, econômico e militar entre os estados; como um vínculo cultural comum ou, ainda, como um sujeito ativo com capacidade de atuação, identidade própria e uma estrutura para a tomada de decisões. Assim, cooperação internacional operacionaliza a integração entre países e regiões.

Ayllón (2006) adota a aproximação sócio-histórica da escola de Economia Política Internacional (EPI), com destaque para estruturas e distribuição da riqueza e poder. Nesta escola, o 'regime internacional de ajuda externa' permite explicar as dinâmicas de cooperação, o comportamento dos atores, os arranjos institucionais e normativos, além da evolução e reforma, com base nos valores e na ordem mundial. Além disso, contextualiza-se a importância das relações econômicas nas análises das relações internacionais contemporâneas ao mesmo tempo em que se observa o decrescente papel protagonista do Estado num contexto de emergência de novos atores internacionais. Lembra, por fim, a importância de se considerar a dimensão ética e a solidariedade como orientação dos novos atores internacionais e futuros operadores das RI.

Taborda (2012) faz um percurso cronológico em que localiza a cooperação - desde os anos 1950, o início da CID. Esta evoluiu para a década do desenvolvimento nos anos 1960, para a nova ordem econômica e as necessidades básicas insatisfeitas, nos anos 1970, para o neoliberalismo e a efetividade da cooperação, nos anos 1980, para o desenvolvimento humano e os novos atores, nos anos 1990, até o atual século XXI, com as agendas globais do desenvolvimento, os debates sobre eficácia da ajuda, na OCDE, a coesão social e o desenvolvimento territorial. No momento atual, argumenta que alguns desafios globais para o conjunto da comunidade internacional (meio ambiente, mudança climática, segurança alimentar, luta contra a pobreza, migrações, etc) vão muito além das concepções clássicas das relações entre Norte e Sul, e poderiam ser entendidos como dinâmicas de transnacionalização, descentralização das ações, multiplicidade dos fundos e atores e emergência de novos provedores, o que impõe o desafio de coordenação das iniciativas.

Sebastián (2007) explica a íntima conexão entre os temas conhecimento, cooperação e desenvolvimento, em meio à cooperação científica e tecnológica. As teorias de desenvolvimento que contemplam o conhecimento como elemento central para a melhora das condições de vida e o progresso econômico e social alimentam as estratégias da cooperação internacional. A cooperação para o desenvolvimento, sobretudo, tem valorizado e ressaltado a eficácia dos esquemas de cooperação horizontal pela difusão e transferência de conhecimentos e tecnologia e por projetos conjuntos de inovação e desenvolvimento de pesquisas científicas.

## **Cooperação Sul-Sul e os novos referenciais teóricos**

### *A Ascensão do Sul global: na academia e na política internacional*

Na academia, a emergência de discursos provenientes do Sul é uma tendência antiga, mas ganha voz de maneira crescente no momento atual. Iniciativas em prol da descolonização do conhecimento têm sido frequentes nas reflexões e análises de intelectuais no campo das ciências sociais, políticas e filosóficas desenvolvidas em países do Sul global. Emerge, neste debate, a valorização de saberes alternativos, com novos referenciais e visões de mundo e com independência de padrões, conceitos, teorias e metodologia vindos da tradicional comunidade epistêmica europeia e norte-americana.

Iniciando com autores europeus, citam-se as discussões em torno do das epistemologias do Sul. Morin (2011) afirma que o Sul deveria ser algo que problematizasse a noção presente de progresso e de desenvolvimento, que apontasse caminhos, com criatividade e sensibilidade, que se apresentasse como fusão do que houve de melhor no renascimento humanístico ocidental, com valores provenientes das sociedades africanas e sul-americanas tradicionais. Santos (2010), por sua vez, fala da necessária epistemologia do Sul, como ação que partisse da necessidade de se democratizar, descolonizar e desmercantilizar o conhecimento contemporâneo, com o objetivo de atender aos anseios das várias sociedades e de dar vazão à produção de conhecimento neutro e pragmático.

Intelectuais do Sul global, entretanto, constituem o centro deste debate, pelo caráter de movimento engajado de suas produções. Especialmente interessados em apresentar soluções a partir do Sul, esses

autores marcam presença nesse debate. Eles não apenas assumem a dimensão de pensar uma matriz de conhecimento própria do local Sul, identificada com essa ideologia de "pós-marginalização" (colonização política, linguística, cultural e de pensamento), mas também se envolvem com iniciativas em prol da independência nesse processo. Podemos citar alguns desses autores na África: Houtondji (2008), Mata (2014), Comarrof (2011); na América Latina: Mignolo (2008), Lander (2005), Ballestrin (2013); na Ásia e Oceania: Connell (2007), com origem na década de 1970, quando fundaram a onda da "desobediência epistêmica", conforme citado por Mignolo (2008) .

Os numerosos estudos realizados com a proposta de se teorizar a partir do local Sul tiveram raízes nos pensamentos orientais, pós-coloniais, subalternos, pós-ocidentalistas, da geopolítica do conhecimento, do pensamento de fronteira e pós-modernos. Eles, no entanto, mostram-se tão plurais quanto seus contextos de reflexão e não se vislumbra, conseqüentemente, síntese em torno de uma única teoria do Sul.

Rosa (2014) chama a atenção para a ideia de que, ainda que não se pretenda chegar a um denominador comum, há que se atentar para o fato de que as "sociologias do Sul" devem se converter em produções científicas dignas dos rótulos de conhecimento científico. Elas devem fazer propostas para que as teorias sociais do Sul reflitam os anseios dessas populações e se constituam em caminhos para a transformação dos cenários. Disso, emerge, o Sul como projeto crítico que tem a missão de trazer os processos sociais vividos fora da Euro-américa para o centro da teoria social de forma qualificada, simétrica e não apenas como contra exemplos ou derivações de conceitos e epistême do ocidente.

No contexto político internacional, o Sul foi tema do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013 que foi intitulado "A ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado". O RDH menciona esse fenômeno recente como uma das evoluções mais animadoras dos últimos anos, creditadas às políticas pragmáticas baseadas nas demandas e oportunidades locais, destacadas em função do aumento da intervenção do Estado no desenvolvimento e nas soluções bem sucedidas em prol do bem-estar social (ONU, 2013). O pluralismo e multiculturalismo estão no âmago dos debates em torno dos direitos e do desenvolvimento humano, já que o Sul global é composto por distintas regiões distribuídas entre os continentes americano, africano, asiático e a Oceania.

### *A Cooperação Sul-Sul*

Parte-se da ideia que não é possível compreender a lógica da CSS sem fazer referência ao processo de surgimento da consciência do Sul e de sua manifestação nas relações internacionais da segunda metade do século XX, conforme Ayllón (2014). A Conferência de Bandung de 1955, ápice do movimento dos países não alinhados durante a Guerra Fria, reuniu países asiáticos e africanos que trataram de enumerar vários princípios que deveriam guiar sua cooperação e recomendaram diversas medidas para aumentar o poder do Sul global via a cooperação entre países em desenvolvimento (CTPD), concebida como mecanismos solidários para lograr o progresso econômico e social independente.

Logo mais, na década de 1970, a Conferência de Buenos Aires notabilizou a CSS como é conhecida. Convocada pelas Nações Unidas, ela tratou de instrumentalizar os princípios e conceitos inovadores no

Plano de Ação de Buenos Aires que, dentre outras coisas, destaca: a ênfase na origem e prática dessa iniciativas pelas instâncias governamentais dos países em desenvolvimento, pelo espaço existente para sua implementação não somente pelas agências públicas, mas também pelas organizações não governamentais e pelo setor privado, pela natureza multissetorial em qualquer âmbito de interesse compartilhado por dois ou mais países em desenvolvimento (AYLLÓN, 2014).

No atual século XXI, a CSS ressurgiu e se mostra atualmente com grande força, inclusive nos países desenvolvidos. Apesar de não ter sido mencionada na Declaração do Milênio das Nações Unidas no ano 2000, a cooperação entre países em desenvolvimento ganhou mais envergadura na Conferência de Monterrey de Financiamento do Desenvolvimento em 2002, o que coincidiu com o fato de que os países de renda média foram perdendo a posição de países receptores de recursos da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento. Em 2008, o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU capitaneou os esforços a favor de uma coordenação dos debates sobre a CSS e aquele do Grupo de Eficácia da Ajuda da OCDE, por possuir clara proposta de reformulação das iniciativas do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento CAD/OCDE (AYLLÓN, 2014).

Desde então, a Cooperação Sul-Sul se fortalece gradualmente e está presente em todas as reuniões internacionais sobre o desenvolvimento. Com princípios ligados à horizontalidade, à solidariedade, o respeito à soberania, a atuação com base na demanda dos países parceiros e à não condicionalidade, a CSS diferencia-se da cooperação tradicional por esta estar conectada à compromissos histórico e morais de assistência ao desenvolvimento dos povos do Sul, caracterizado por relacionamentos mais verticais, desequilibrados em termos de poder, de realidade e de propósitos. A cooperação Sul-Sul, poderia ser identificada com uma nova tendência da CID neste século XXI, graças ao seu crescimento em número de iniciativas, em relação à diminuição da AOD no âmbito do CAD/OCDE, ao surgimento de países emergentes ou de renda média como os que integram os BRICS e, também, às parcerias triangulares de CSS, às quais se juntam países desenvolvidos e organismos internacionais (CAIXETA, 2014).

### *Cooperação Sul-Sul e Epistemologias do Sul*

A grande difusão da cooperação Sul-Sul coincide com o aparecimento das Epistemologias do Sul. Estas últimas reconhecem a necessária produção de conhecimento científico no Sul global como parte da Era da descolonização pelo fim da dominação do pensamento. Trata-se, então, de dois movimentos em andamento, um no plano político internacional e outro no plano acadêmico e científico, que se mostram engajados com propostas de reforma da ordem vigente.

Destarte, há que se evidenciar a complementariedade entre ambos os movimentos empreendidos por intelectuais e agentes públicos. Diz Lechini (2009) que se entende por Cooperação Sul-Sul relacionamentos entre países periféricos que se referem, de modo geral e com o fim último, a uma cooperação política que aponta para reforçar as relações bilaterais e as colisões nos foros multilaterais para obter um maior poder de negociação conjunto em defesa de seus interesses. Para tanto, há vários tipos de aproximação que refletem as distintas dimensões que a compõem: a econômica-comercial, a técnica, a

científico-tecnológica, a acadêmica e a da diaspórica, sendo esta última relacionada a presença africana na América Latina. No caso da cooperação acadêmica, Lechini (2009; 61) explica<sup>3</sup>:

La cooperación académica cobró nuevo impulso cuando las corrientes de análisis acuñadas en el Norte, eurocéntricas y lineales, no dieron cuenta de los problemas que aquejan a los países del Sur. El modelo impuesto en la década del noventa generó en los países de América Latina una direccionalidad muy marcada en los trabajos académicos en Relaciones Internacionales y en Ciencias Sociales, marginando opciones tales como la africana, con el mote de ser investigaciones ociosas, impertinentes, débiles o inútiles. Dos factores contribuyeron a consolidar esta tendencia: un esquema de vinculación entre conocimiento y poder, esto es, “produzcamos conocimiento para los espacios de poder vigentes” y la condicionalidad de las principales líneas de financiación.

A cooperação Sul-Sul, assim, abarca um projeto científico reformador de produção de conhecimento "do", "no" e "para o" Sul global. Trata-se de uma fusão das dimensões técnica, política, científica e tecnológica com vistas ao desenvolvimento autônomo dos países do Sul global, a partir de contextos, visões de mundo e objetivos próprios. Conforme Dória (2011), a CSS está em processo de revitalização, tanto em termos de suas motivações, quanto de suas dinâmicas. Além dos tradicionais atores da cooperação internacional, o diálogo Sul-Sul envolve também outros atores como as empresas, organizações internacionais, organizações não-governamentais, institutos de pesquisa, universidades, movimentos sociais e atores da sociedade civil.

Isso implica considerar, no sentido mais amplo, a cooperação entre povos e suas perspectivas. Síveres e Santos (2013) acreditam que a produção de conhecimento a partir do Sul global estimula uma atuação conjunta para a reinvenção da emancipação social como condição necessária para um conhecimento que eleva os marginalizados da condição de objeto, do passado, à condição de sujeitos solidários.

Como exemplo da importância de se produzir conhecimento no Sul global conectado ao plano político internacional, cita-se o Fórum BRICS (em inglês *Brazil, Russia, India, China and South Africa*). A recém-criada Rede de Universidade do Bloco, como resultado de seu Fórum Acadêmico, demonstra a necessidade de se pensar e discutir novos paradigmas de desenvolvimento. Vislumbram-se a integração de universidades, antes desconectadas, novos campos e objetos de estudos, até então desconhecidos, além de produções conjuntas, de onde podem emergir pensamentos próprios e úteis a essas realidades. Essa iniciativa vislumbra constituir-se em um ciclo virtuoso: as negociações entre as nações no cenário internacional instigam as produções nas academias, ao mesmo tempo em que as novas descobertas científicas permitem a consolidação de evidências em benefício da tomadas de decisão na política internacional.

Quais seriam, então, estes novos referenciais provenientes das reflexões das Epistemologias do Sul de que pode se beneficiar a Cooperação Sul-Sul?

<sup>3</sup> Em 2008, a Universidade de Brasília, IREL e IBRI, organizaram o Seminário Internacional “Teorias e conceitos de Relações Internacionais: perspectivas nacionais e regionais” em que Lechini tratou do tema “América Latina, África e Ásia na construção de conceitos em Relações Internacionais”, conforme Lechini (2009).

Pretende-se a elaboração de teorias que sejam úteis às realidades vividas pelos povos em países menos desenvolvidos e libertárias com relação à sua afirmação étnica-cultural. Para tanto, deve-se adotar perspectivas interdisciplinares e partir de experiências sociais vividas pelos povos do Sul com o objetivo de alterar a realidade de subjugação, marginalização e dominação. Sobre a necessária afirmação da identidade na política, que perfaz as Epistemologias do Sul na Cooperação Sul-Sul, Mignolo (2008) defende a desobediência epistêmica, a partir da relação da tese da identidade na política, em vez da política de identidade, com a tese da negação do agenciamento epistêmico que os povos do Sul tiveram no passado.

Adicionalmente, reconhece-se a importância da diversidade de produção de conhecimento como forma de contemplar e representar as sociedades do Sul e de contribuir para inclusão e igualdade entre os povos. Wash (2007) argumenta que as ciências sociais podem e devem ser pluriversais quanto a seus fins. Isso supõe, que a produção de conhecimento, na América Latina por exemplo, deva se basear em conhecimento extra-acadêmico e científicos, ou seja, que resgate conhecimentos considerados tradicionais das comunidades indígenas e afro-andinas. Quijano (2010), por sua vez, discutiu a colonialidade do poder em função da classificação social. Daí foram se configurando as novas identidades sociais e relações intersubjetivas conforme as necessidades do capitalismo. O eurocentrismo, assim, se configura como uma perspectiva cognitiva dos europeus e do conjunto de educados sob sua hegemonia, o que naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder, que se apresenta de forma racional, enquanto relega outras perspectivas cognitivas ao saber tradicional não digno de credibilidade científica.

Pode-se inferir e tentar sistematizar, com isso, alguns novos referenciais que sirvam, ao mesmo tempo, à elaboração de teorias do Sul e à prática da cooperação Sul-Sul. São eles: a diversidade étnica-cultural como preceito do desenvolvimento e dos direitos humanos, da pluriversalidade de visões de mundo e dos modelos de governabilidade; a emancipação dos povos em vista da autonomia dos indivíduos, influenciando e participando da tomada de decisão; o incentivo a políticas educacionais e de pesquisa científica e tecnológica que sejam inclusivas e, ao mesmo tempo, estruturantes do pensamento útil às sociedades; a adoção do humanismo e da solidariedade na produção de conhecimento filosófico-científico e prático-político; o estímulo a visões de mundo e estilos de vida alternativos. Vislumbra-se, assim, a produção de conhecimento científico e a valorização e socialização de experiências (técnicas e tecnológicas) dos povos do Sul.

### **Conclusão: algumas contribuições para o debate**

As imprecisões conceituais, teóricas e metodológicas, que permeiam os estudos sobre cooperação Sul-Sul deixam evidente que esse campo de estudos se encontra em fase de construção (LEITE, 2010; CAMPOS et al. 2012; CAIXETA, 2014). Instrumentais teórico-metodológicos, que melhor embasam este objeto de estudo, devem considerar os novos paradigmas emergentes das escolas pós-positivistas das RI, as novas concepções de políticas externas, mais associadas à lógica de solidariedade e de participação social (notadamente na América do Sul) e novas categorias de análise que emergem de outros campos das ciências sociais e humanas.

A cooperação Sul-Sul, especialmente, delimita-se como novo objeto de estudo no campo das relações internacionais. Como referenciais indispensáveis para sua compreensão, citam-se as reivindicações de intelectuais do Sul global para os quais a produção de conhecimento a partir de novas concepções de mundo devem pautar os movimentos autonomistas dos povos. Há, nesse contexto, o intuito de se alcançar a plena realização do princípio da horizontalidade nas relações entre os países, o que remete à busca por conhecimentos e técnicas alternativas em prol do desenvolvimento humano.

Como proposta metodológica, acredita-se na importância de singularizar as iniciativas de CSS, seja pela importância que os estudos de comportamento dos distintos atores pode representar para as RI, seja pelo conhecimento de que a diversidade é a principal característica do Sul global. Antes de se dispor de teorias que enfocam somente o papel dos agentes (atores internacionais) ou às teorias que consideram o peso da estrutura (ordem internacional desequilibrada entre o Norte e o Sul) nas análises sobre a CSS, considera-se que as relações internacionais são feitas por seres humanos, simultaneamente, irredutíveis a lógicas racionais e imersos em um cenário cada vez mais próximo de uma sociedade global ou de uma comunidade internacional em que a cooperação internacional ocupa atenção central.

O binômio ciência-política deve sempre pautar as análises sobre a CSS. Por sua natureza reformadora da ordem internacional, a CSS possui plenas condições de reinventar a CID a partir das características do novo cenário político internacional e das novas descobertas científicas. A produção de conhecimento no âmbito das Epistemologias do Sul desenvolve-se paralelamente ao desenvolvimento de iniciativas da Cooperação Sul-Sul e, ao mesmo tempo, encontra-se no bojo da CSS por meio da cooperação científica-tecnológica. Dessa forma, justifica-se a tese aqui inicialmente apresentada de que a CSS deve ser analisada com base nas propostas teóricas do Sul.

## REFERÊNCIAS

- ADLER, E. O construtivismo nas relações internacionais. **Lua Nova (Revista de Cultura e Política)**, n. 47, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451999000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: fev. 2014.
- AYLLÓN, B. P. O sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. **Revista de Economia e Relações Internacionais**. São Paulo: FEC-Fundação Armando Alvares Penteado vol. 5, n. 8, 2006.
- AYLLÓN, B. P. América Latina na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. In: SOUZA, A.M (org.) **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014. p. 175-202.
- AYLLÓN, B. A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento. **Texto para Discussão**. Brasília: IPEA, 2013.
- CAIXETA, M. B. **A Cooperação Sul-Sul como nova tendência da cooperação internacional**: o discurso e a prática da cooperação técnica do Brasil com São Tomé e Príncipe para o combate à tuberculose. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sociedade e Cooperação Internacional) Universidade de Brasília, Brasília, 2014.198p.

- CAMPOS, R; LIMA, J.B.B e GONZALES, M.J.F. Questões Conceituais e Metodológicas sobre os estudos da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional. **Boletim de Economia e Política Internacional**. Brasília, n. 11, Jul/Set. 2012. p. 7.
- CERVO, A. L. Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**, 2003. n. 46, vol. 2. p. 5-25
- COMAROFF, Jean & COMAROFF, John. **Theory from the South: or how Euro-America is evolving toward Africa**. London: Paradigm Publishers, 2011.
- CONNELL, R. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. Cambridge: Polity, 2007.
- COSTA, L.R & FERNANDES. Dossiê Cooperação Internacional: uma breve discussão teórica. *Conjuntura Internacional*. Dez., 2013. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2013/12/16/dossie-cooperacao-internacional-uma-breve-discussao-teorica/>>. Acesso em: out. 2015.
- COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium - Journal of International Studies**, 1981. v. 10, n. 2. p. 126-155.
- DEVIN, G. **Sociologia das Relações Internacionais**. Salvador: EDUFBA /EDUFAL, 2009.
- GONZÁLEZ, C. J. Las teorías de la cooperación internacional dentro de las relaciones internacionales. **Revista Polis** 03. Disponível em: <<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/polis/cont/20032/art/art5.pdf>>. Acesso em: out. 2015.
- HOUNTONDJI, P. Conhecimento de África, conhecimento de africanos: duas perspectivas sobre os estudos africanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, março de 2008. P.149-160.
- LANDER, E. (org.) **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Colección Sur-Sur. Buenos Aires: Clacso, set. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: dez. 2013.
- LECHINI, G. Relación Sur-Sur y la Búsqueda de Autonomía en America Latina: mito o realidad? *Relaciones Internacionales*, n. 12, octubre 2009. Disponível em: <<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/viewFile/173/159.html>>. Acesso em: out. 2015.
- LEITE, I. Cooperação sul-sul: um ensaio conceitual. **Boletim Mundorama**, n. 34, 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/06/15/cooperacao-sul-sul-um-ensaio-conceitual-por-iara-costa-leite/>>. Acesso em: jan. 2014.
- LIMA et. al. Cooperação para o desenvolvimento: uma nova abordagem. *Desafios do Desenvolvimento*. Ano 11. Ed. 81. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3077&catid=29&Itemid=34](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3077&catid=29&Itemid=34)>. Acesso em: jul. 2015.
- LIMA, M.R. Soares de. **“Autonomia na Dependência”: a Agência na Política Externa**. *Brasil no Mundo*. Disponível em: <<http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opinioao/autonomia-na-dependencia-a-agencia-da-politica-externa/#.VYR93M6BaV5>>. Acesso em: jun. 2015.
- MATA, I. **A Crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?** Disponível em <<http://www.omarrare.uerj.br/numero8/inocencia.htm>> Acesso em: jan. 2014.
- MIGNOLO, W.D. Desobediência Espistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: literatura, língua e identidade**. Rio de Janeiro, n. 34, 2008. p.

287-324. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf>>. Acesso em: jul. 2015.

- MORALES, P. M. **Retos y Posibilidades de la Construcción de una Sociedad Global para el Desarrollo: aportes desde la Teoría Política**. In: TABORDA, J.A (ed) Debates sobre Cooperación Internacional para el Desarrollo. Bogotá: ELACID, 2012.
- MORIN, E. Para um pensamento do sul. In: **Para um pensamento do sul: diálogos com Edgar Morin**. Rio de Janeiro: SESC, Dep. Nacional, 2011.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2013**. A ascensão do sul: progresso humano num mundo diversificado.
- QUIJANO, A. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, B.S & MENEZES, M. P. Epistemologias do sul. 2 ed. Coimbra: CES, 2010. p. 73-116 (capítulo 2).
- RAMOS, B.O. A Cooperação Internacional e os debates teóricos: um estudo de caso sobre a atuação da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) no Brasil. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, Brasília, 2006. 87p.
- ROSA, M. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas: Revista das Ciências Sociais**, vol. 14, n. 1. p. 43-65. Porto Alegre: EDIPUCRS, jan/abril, 2014.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S & MENEZES, M. P. **Epistemologias do sul**. 2 ed. Coimbra: CES, 2010.
- SEBASTIÁN, J. Conocimiento, cooperación y desarrollo. Revista CTS, n. 8, vol. 3, abril 2007, p. 195-208. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/cts/v3n8/v3n8a15.pdf>>. Acesso em: out. 2015.
- SÍVERES, L. & SANTOS, J.R.S. O conhecimento como princípio da colonialidade e solidariedade. **Conjectura: Filosofia e Educação**. Caxias do Sul, v. 18, n. 3. set-dez 2013, p. 124-137.
- SILVA, M.A.M. Teoria crítica em Relações Internacionais. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 2, jul/dez 2005. p. 249-282.
- SMOUTS, M.C (org) **As Novas Relações Internacionais: práticas e teorias**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- WASH, C. Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. **Revista Nómadas**. Bogotá, N. 26 Abril 2007, p. 10-113.

*Recebido em 20 de julho de 2015.  
Aprovado em 28 de outubro de 2015.*

## RESUMO

Como contribuição às discussões e objetivos da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento internacional, este artigo defende a adoção de novos referenciais teóricos e metodológicos para análise de cenário, o que vai ao encontro dos movimentos intelectuais que reivindicam uma produção de conhecimento no Sul global autônoma e apropriada a tais realidades.

**Palavras-chave:** Cooperação Sul-Sul; Sul global; Epistemologias do Sul;

## ABSTRACT

In the purpose of contributing to the discussions and objectives of the South-South cooperation for international development, this article defends the adoption of new theoretical references for the analysis; this meets the intellectual initiatives that fight for knowledge production in the global South to be autonomous and appropriated to these realities.

**Keywords:** South-South cooperation; Epistemologies of the South; International Relations;